

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNIDA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**O PRECONCEITO ÉTNICO NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO MATERIAL
DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO**

ROBERTO ABREU SILVA

ROBERTO ABREU SILVA

**O PRECONCEITO ÉTNICO NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO MATERIAL
DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO**

Monografia apresentada ao Curso de História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência de conclusão para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria de Fátima Ramos de Almeida.

Uberlândia, janeiro de 2005

ROBERTO ABREU SILVA

**O PRECONCEITO ÉTNICO NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO MATERIAL
DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria de Fátima Ramos de Almeida – Orientadora

Prof^a Dr^a Maria Vieira Silva – FACED/UFU

Prof^o Ms. Luiz Carlos do Carmo

Aos meus pais, Milton Silva (in memoriam) e Lucília Abreu Silva, com os quais aprendi o valor da vida e o respeito pela mesma, tendo como princípio básico a dignidade humana no seu mais amplo significado. O meu eterno agradecimento por me fazer acreditar que vale a pena lutar com todas as eventuais agruras da vida.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria de Fátima Ramos de Almeida, minha orientadora, o seu apoio e dedicação foram fundamentais para a produção deste trabalho.

Aos meus familiares, meus referenciais e esteios, deles, posso esperar o apoio, o estímulo, a esperança e a coragem necessários para alcançar os meus ideais.

As minhas eternas e intensas lembranças de debates com o colega Ms. Edmilson Sousa Anastácio, onde pude constatar a inteligência, enquanto possibilidades para todos, mesmo com tantas discriminações raciais pulverizadas pelo Mundo.

Ao colega Edeilson Matias de Azevedo, pelos momentos de discussões em favor do amadurecimento deste trabalho.

Agradeço a sabedoria exponencial da Profª Drª Cristina da Silva Roquette Lopreato por ter externado a potencialidade do profissional da educação.

Ao João Batista – secretário da coord. do Instituto de Hist. (UFU) – o meu reconhecimento pela sua paciência e profissionalismo, virtudes estas as quais abrillhantam o Instituto de História tornando-nos uma família, uma aproximação de afeto e amizade, obrigado.

Se a Educação não transforma sozinha a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida não da morte, da eqüidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuído assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Paulo Freire

SUMÁRIO

Resumo.....	07
Introdução.....	08
Capítulo I – A Construção da Representação Negativa do Negro na História do Brasil.....	10
Capítulo II – Reconhecimento Histórico Cultural e Social.....	24
Considerações Finais.....	35
Bibliografia.....	40
Anexos.....	43

O Preconceito Étnico na Educação do Material Didático de História do Ensino Médio

Resumo

O povo africano que foi escravizado e trazido para o Brasil, deixou do outro lado do Atlântico, na África, a sua identidade. Parte da sua cultura, porém, foi associada à cultura dos povos nativos e dos brancos portugueses que dominavam o território brasileiro. Ocorreu, então, um processo de miscigenação bastante doloroso para os negros e aos povos indígenas, que foram discriminados e marginalizados da vida social. Ao analisar o material didático de História do ensino médio – seja o texto, as representações iconográficas ou o discurso do professor – verifica-se esse longo processo de discriminação e marginalização, justificado por elaborações intelectuais de caráter pseudo-científicas e que tiveram forte influência sobre a formação da identidade nacional.

Palavras-chaves: diversidade cultural; preconceito étnico e educação formal.

INTRODUÇÃO

A representação do negro no Brasil tem, muitas vezes, conotação pejorativa devido, certamente, ao estigma que a raça negra carrega ao longo dos anos. Isto reflete no conteúdo do material didático do ensino básico, especialmente nos livros de História.

A minha intenção de pesquisa, inicialmente, foi analisar o livro didático e entender porque o negro é lembrado pela história da escravidão, mas não se percebe na maioria dos livros a sua importância na construção da sociedade. Diante disso, senti dificuldades, pois não conhecia o suficiente a história do negro para poder afirmar o preconceito étnico existente no material didático.

Comecei a levantar algumas questões, por exemplo, como a criança negra se sente no espaço escolar¹: a) quando se depara com a representação da cultura africana negra, (inferior e dominado) e da cultura européia (branca, superior e dominadora)? b) quando percebe a disparidade racial na escola, concretizada pelo preconceito ao longo do tempo, sabendo que esta é uma via única na formação e na realização pessoal e profissional?² Além do impacto negativo que a criança sofre, possivelmente, depois de algum tempo, o negro torna-se consciente de que as maiores carências socioeconômicas das famílias mais pobres da população se encontram entre os pretos e pardos.³

Ao pensar nas justificativas da relação do branco com o negro, vi que a Igreja tinha um papel fundamental no processo de dominação histórica do negro, pois a bula de 1448 legitima ao rei Afonso V, de Portugal o direito à escravidão. O contrário ocorre com a liberdade, enquanto direito natural e garantia de salvação dos escravos. A rejeição do negro pelo europeu se fundamenta também na história de Abel e Caim, atribuindo ao povo africano a maldição de Abel por matar seu irmão. Este passado se faz presente através dos estigmas que dificultam ver o negro como ser humano apenas,

¹ Nota: *Piaget acredita que o desenvolvimento intelectual ocorre por meio de dois atributos inatos aos quais chama de Organização e Adaptação. Organização é a construção de processos simples – como ver, tocar, nomear – em estruturas mentais de ordem mais elevada. Um indivíduo compõe assim seus sistemas de considerar o mundo. Adaptação é a mudança contínua que ocorre no indivíduo como resultado de sua interação com o meio. Isto ocorre à medida em que ele assimila experiências – as adapta às suas estruturas mentais já existentes – e acomoda (modifica) estruturas mentais de modo a permitir a inclusão de experiências que não se ajustam às estruturas existentes.* Apud. CHARLES, C. M. **Piaget: ao alcance dos professores**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1975. p.2.

² MACEDO, Lino. Para uma Psicopedagogia Construtivista. In.: **Novas Contribuições da Psicologia aos Processos de Ensino e Aprendizagem**. ALENCAR, Eunice S. de. (Org.). São Paulo: Cortez, 1995.

³ HASENBALG, Carlos A; SILVA, Nelson do Valle. Raça e Oportunidades Educacionais no Brasil. In: **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, N.18, 1990. p.73-91. Fundação Carlos Chagas.

sem as características que o fazem parecer inferior ao branco, interferindo na formação das crianças e dos jovens.

Questionamos, então, a Identidade Nacional Brasileira, instituída nos moldes europeus. A partir de Lílian Schwarcz, Renato Ortiz e outros, fazemos a indagação, buscando compreender o povo e sua cultura, bem como buscamos esclarecimento de porque tanta indiferença às diferenças. Percebemos, por meio da pesquisa, que o povo é reconhecido pela cultura, que a relação de força é que determina a representação da Identidade. O que detém o poder impõe a representação construindo, assim, a Identidade; ocorre, então, a confirmação ou legitimação do processo e apenas a resistência poderá mudar este quadro.

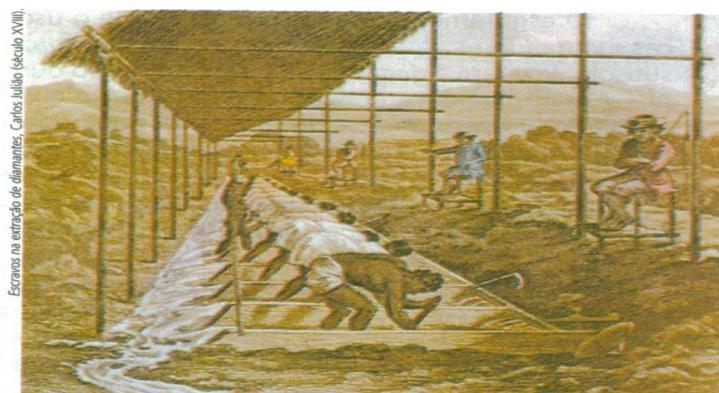
Quando realizei as entrevistas, percebi, também, a dificuldade dos entrevistados para conceituar cultura e falar sobre o preconceito racial. Selecionei uma entrevista, a da professora Eliana Natividade. A partir dela, percebi a necessidade de redimensionar o objetivo, o que me levou a estudar Cultura. Deparei-me, então, com o conceito antropológico do autor Roque de Barros Laraia, uma noção que sinaliza todo o meu trabalho. Por meio da concepção de cultura de Laraia me deparei com o racismo camuflado. Procurei, também, estabelecer um diálogo com outros autores, Lilia Moritz Schwarcz, François Laplantine e Renato Ortiz, para justificar a minha indignação acerca deste período.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO NEGATIVA DO NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Este capítulo tem o intuito de fazer uma análise dos livros didáticos e paradidáticos de História: a) dos autores Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, publicado no ano 2001, *História para o ensino médio: História geral e do Brasil*; b) *O tráfico de escravos para o Brasil*, de Jaime Rodrigues, publicado em 1997; c) *O racismo na História do Brasil: mito e realidade*, de Maria Luiza Tucci Carneiro, 1998⁴, para demonstrar como o negro é representado nas referidas obras. São livros encontrados na Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa, da cidade de Uberlândia⁵, onde são oferecidos os níveis Fundamental e Médio do sistema público de ensino.

No livro didático, *História para ensino médio: História geral e do Brasil* (dos autores Vicentino e Dorigo), a situação do negro no período colonial era marcada pela submissão, haja vista as figuras que a retratam, por exemplo, na mineração em Minas Gerais, em 1776. As fotos das páginas 235 nos apresentam os negros e mulatos



O aumento populacional advindo da migração metropolitana, atraída pela economia mineradora, foi acompanhado da intensificação do tráfico negreiro e do tráfico interno. Estima-se que, dos 320 mil habitantes da capitania de Minas em 1776, 52% eram negros e 25%, mulatos.

abaixados e sendo vigiados pelos feitores assentados.

(VICENTINO e DORIGO, p. 235)

⁴ VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para ensino médio: História geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001. 688 p.

RODRIGUES, Jaime. **O tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Ática, 1997, 64 pag.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil: mito e realidade**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998. 64 p.

⁵ Um breve comentário sobre a escola no anexo.

É muito comum perceber a atitude dominadora por parte dos portugueses no Brasil, pois o que determinava a postura dos estrangeiros era o objetivo de estabelecer uma ordem política.

Ao longo do livro, os negros, tidos como negros escravizados, são apresentados, de modo geral, seminus, amarrados em troncos e açoitados por outros negros os quais compunham o comando de seu senhor, o capitão do mato. Esses negros, no entanto, eram capturados na África e trazidos para serem vendidos na América por traficantes brancos. Podemos perceber, a partir das figuras, como os negros eram subjugados.

Os negros executavam atividades complementares da expansão territorial, responsabilizando-se pela produção que sustenta a subsistência dos colonos. Nesse sentido, os negros produziam mandioca, tabaco, cana-de-açúcar, entre outros produtos para consumo interno e comercialização.

Os negros estavam quase sempre revoltados com a situação de submissão em terras estrangeiras. Apesar de algumas revoltas, como os Quilombos, os negros eram submetidos ao serviço dos dominadores, sustentando as suas conquistas, no empenho em dominar a terra. Por um lado, os senhores, montados em seus cavalos; por outro lado, os negros, carregando os pertences dos brancos na cabeça, os filhos e os familiares em redes. O serviço delegado aos negros impunha sempre submissão e subserviência ao comando dos senhores. Pode-se comparar os negros aos cavalos, que carregavam os senhores ou coisas, conforme as necessidades do momento.

Os exercícios para os alunos apresentam pequenos desenhos de negros em serviços, possibilitando aos leitores pensar porque os negros, também nesses momentos, estão trabalhando.⁶ Imagina-se que o negro, de fato, trabalha todo o tempo, afinal o serviço, para o feitor, não tem hora para começar e terminar.



(DORIGO e VICENTINO, Op. cit. p. 165 – 270)

⁶ VICENTINO e DORIGO, Op. cit. p. 235 ss.

Temos, também, os índios entre os dominados. Enquanto escravos, todavia, eram fugidios e ariscos; ao serem capturados, os colonos os submetiam ao serviço de busca de riquezas minerais, descobrindo, deste modo, metais preciosos. O esforço para submetê-los provocou guerras constantes, por exemplo, a Guerra Guaranítica, na segunda metade do século XVIII. Havia um Tratado de Madri, de 1750, que delegava à Espanha o território dos Sete Povos das Missões, hoje no Rio Grande do Sul. Os jesuítas espanhóis, que se encontravam na região, resistiram à chegada dos portugueses e armaram os guaranis, onde muitos nativos, até mesmo uma população indígena inteira, foram destruídos. Por outro lado, a presença dos jesuítas, com seus trabalhos missionários, com a intenção de catequizá-los,⁷ destruía a cultura indígena.

Nos meados do século XIX, com a Lei de Euzébio de Queirós, em 1850, cai o tráfico de escravos da África para o Brasil, porém, com uma elevação dos preços dos mesmos.⁸ Este fato teve como consequência a redução dos negros nas lavouras. A partir disso, entre 1876 e 1920, a imigração italiana passa a ser maciça na plataforma econômica do Brasil, com a ressalva de que os imigrantes são trabalhadores livres assalariados.

Na seqüência da análise, passamos agora para o livro paradidático *O tráfico de escravos para o Brasil* de Jaime Rodrigues, que é um livro direcionado para os educadores e não para os alunos. Trata-se de um livro temático, ou seja, o autor aborda a questão “tráfico” com diversas nuances para retratar os negros no Brasil no século XVII. Logo, trata do assunto de maneira mais fechada, no sentido de explorar o tema recorrendo, às vezes, às pinturas e documentos. Este livro não tem um caráter intermitente, ou seja, é uma obra temática, direcionada a um assunto com uma seqüência na explicação. O objetivo é mais claro, ao contrário do que acontece com o livro didático em que os capítulos são divididos em vários tópicos e assuntos, precisando, às vezes, voltar ao mesmo assunto e período.

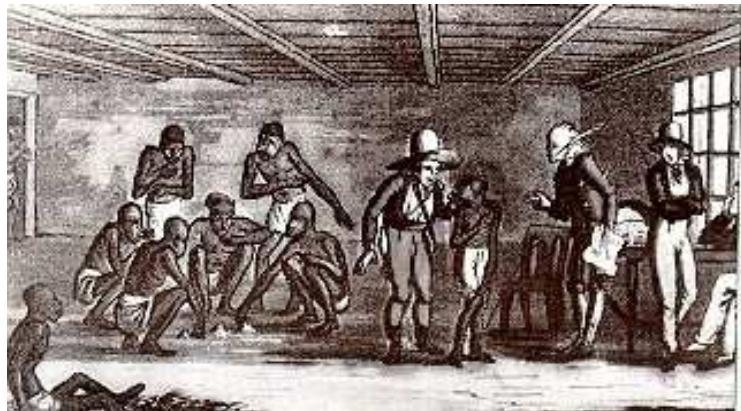
O tratamento que os negros recebiam ao virem para o Brasil, a começar na África, não era muito cordial, pois o lugar de colocá-los no navio, ou seja, a acomodação, era o porão da nau. Eram simplesmente entulhados e vigiados permanentemente pelos feitores e traficantes, que os mantinham sob os olhos com o intuito de mantê-los em submissão.⁹

⁷ VICENTINO e DORIGO, Op. cit. p. 228 ss.

⁸ IDEM, p. 390 – Estimativa de desembarque de africanos no Brasil.

⁹ RODRIGUES, Op. cit. p. 39.

Sabemos que a comercialização do negro escravo na África era muito comum no período colonial. François de Froger, um desenhista do século XVII, soube com muita categoria retratar esta realidade a partir dos seus desenhos, em especial o desenho de 1695, onde o negro da África, trajado com suas roupas tribais e um estrangeiro – comerciante – negociavam na presença de outros negros nativos nus.



O pintor supracitado retrata uma outra situação que nos chama atenção, embora trate do mesmo assunto, que é a comercialização. Aqui, a troca de mercadoria é a aguardente, pois era um tipo de produto comum em comércio, que tinha um valor considerável na negociação para obter grandes quantidades de água. Além de manter negócios com os próprios negros da África, as disputas acirravam-se entre eles, pois o tráfico já era “capitalizado”, ou seja, as mercadorias eram pagas com dinheiro ou letras de câmbio financiadas por brancos europeus.¹⁰

Neste mesmo século, em 1640, nos deparamos com negros no engenho de açúcar no Nordeste do Brasil, trabalhando, apenas trabalhando... Podemos imaginar que o trabalho dos negros era constante, pois os brancos não faziam nem mesmo na Casa Grande, as necessidades básicas como, por exemplo, um simples cafezinho, pois eles precisavam que alguém o fizesse, para que em suas casas e mesas tivesse alguma coisa para ser consumido.

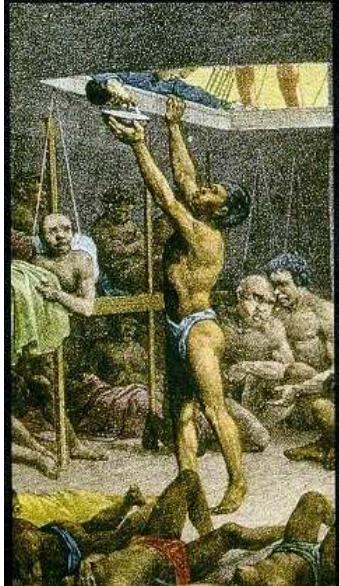
Os ingleses tiveram o direito de tráfico de escravos negros com a permissão dos espanhóis, por meio de concessão do ‘asiento’.¹¹ Temos notícia de que, em 1588, o tráfico entre Senegal e o rio Gâmbia era feito por 35 comerciantes de Londres neste mesmo ano. A captura e o alinhamento dos escravos africanos é passada pelos mesmos processos, assim como os outros, amarrados uns aos outros por meio de correntes no pescoço.

¹⁰ IDEM, p. 20.

¹¹ Asiento: p. 22: “Sistema praticado na América espanhóis entre os séculos XVI e XVII, pelo qual a Coroa arrendava a particulares – espanhóis ou estrangeiros – a exploração comercial de um produto do qual tivesse o monopólio. O asiento mais importante foi o de escravos”. p. 9

A França começou o tráfico no século XVII, no ano de 1626, na época do cardeal Richelieu. Quem, de fato, organizou o tráfico foi o ministro Colbert, em 1664. Não obstante, a figura do negro tinha a mesma representação, a servidão, aquele que fica responsável pelo andamento dos negócios de seus senhores, tanto na sustentação econômica quanto nos serviços domésticos a serviço das senhoras esposas.

Em suas próprias terras, os negros eram aprisionados em seus barracões, umas possíveis moradias, que passam a ser o lugar de uma trajetória de confinamentos sem a expectativa de uma vida própria.



A Igreja teve um papel de suma importância na legitimação do comércio de escravos, pois foi a instituição que concebeu o direito ao rei Afonso V, de Portugal, de realizar o tráfico, através da Bula Papal de 15 de setembro de 1448.

Os tumbeiros eram os navios que carregavam os escravos. Simplesmente amontoados, amarrados e sem direito de se acomodarem. As gravuras nos passam esta impressão, provocando uma reflexão acerca de como eram tratados e, mais do que isso, como eles, os negros, suportavam a viagem e como eles venciam o frio, pois certamente, no transporte oceânico, havia as tempestades, e mesmo porque o frio deveria ser constante nas embarcações. Os maus tratos geraram muitas mortes, pois os escravos eram infectados por doenças como varíola, cólera e outras.

Ao chegar no Brasil, era preciso que os escravos se recuperassem e passassem uma boa impressão. Recebiam cuidados para que se tornassem boas mercadorias, com boa aparência, reportando a uma boa saúde, facilitando, portanto, a comercialização, tendo em vista um bom preço. Esta prática chamava-se quarentena.

Vale a pena ressaltar aqui a representação do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, sobre o “mito da liberdade” ¹². São negros magros, seminus agachados e amontoados e os senhores compradores avaliando as peças para discutir o preço, pois a mercadoria tem o preço fixado mediante o estado físico animalizado. Não há identificação como povo, que expressa sentimento e detém cultura. São dois mundos

¹² CARNEIRO, Op. cit. p. 14 ss.

construídos pela ambição do homem: um, o mundo da senzala, a qual é sustentado pelo outro, que é o mundo da casa-grande.

No século XIX, no Brasil ainda vivia-se a mercantilização de escravos, enquanto que outros países procuravam libertá-los, na Inglaterra principalmente. A nova perspectiva de vida para os negros era transformada pelo sistema capitalista emergente. Aqui no Brasil, no entanto, a escravidão era um sistema de grande valia para os cafeicultores, pois tinham grandes lucros com essa prática, especialmente, no Nordeste que comprava escravos do sul.

Por outro lado, havia a pressão inglesa pelo fim do tráfico, por motivos econômicos.¹³ Em consequência disso, os ingleses atacavam os tumbeiros na costa africana. Em 1850 finaliza a prática de traficar escravos da África, contudo, o comércio continuou por três décadas, motivo que fez a Inglaterra declarar guerra em alto mar, impedindo, portanto, o comércio ilegal de escravos. No Rio de Janeiro era comum transgredir a Lei Euzébio de Queiroz, que estabelecia a extinção do tráfico de escravos.

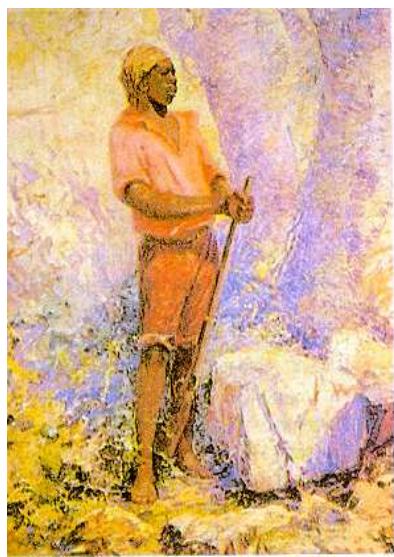
Embora quase não apareça nos livros didáticos e paradidáticos, a resistência era constante entre os negros na medida em que adquiriam consciência do seu potencial de luta contra a dominação. Os escravos tinham essa consciência da sua situação, porém apenas alguns resolviam se sublevar. Isso gerou muita preocupação entre os brancos. Podemos destacar a “Rebelião dos Malês”, em Salvador, Bahia, no ano de 1835, revolta gestada entre os mais importantes escravos da Bahia da etnia malê.

Depois de colocar toda essa problemática de negros trazidos da África ao longo desse tempo, não tem como fugir da herança histórica apregoada em vários lugares, a qual marca o preconceito étnico e o racismo no comportamento das pessoas e, até mesmo na mentalidade. O tempo se encarrega de retratar nas pessoas de cor as marcas da discriminação e os lugares onde se viveu o longo período de escravidão. Os personagens oriundos da África, ao longo desse tempo, foram agredidos por situações preconceituosas firmando, assim, a história social e cultural dos grupos hegemônicos.

Podemos exemplificar as ilustrações sobre negros que aparecem nos livros analisados. De modo geral, podemos perceber nas gravuras do livro *O tráfico de escravos para o Brasil*, os negros com poucas roupas, descalços e, muitas vezes, agachados, dando-nos a impressão de que se trata de alguma coisa sem vida própria, sem sentimento, com um único sentido: atender as necessidades dos brancos,

¹³ RODRIGUES, Op. cit. p. 46 ss.

submetendo-se à obediência aos estrangeiros. Homens fortes, lábios carnudos, olhos grandes, narizes achatados e largos (enfim, uma tradução de alguma coisa forte) dispostos a servirem sem sublevação.¹⁴



Zumbi foi o principal chefe Guerreiro de Palmares.
(Vicentino e Dorigo, p. 187).



Luís Napoleão Bonaparte tornou-se o novo imperador francês com o nome de Napoleão III. (Vicentino e Dorigo, p.354)

Segundo Roger Chartier a representação tem implicações de construção de identidades:

*Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (...).*¹⁵

Portanto, a representação¹⁶ do negro enquanto herói – por exemplo Zumbi – não causa uma impressão forte e altiva se compararmos com os heróis da História Oficial. Pelo contrário, podemos perceber o negro precário na figura de uma só pessoa, sem expressão de guerreiro, talvez braços para o alto, incitando às guerras, conclamando os colegas ou os irmãos a lutarem pela liberdade. Portanto, o líder negro não compõe o grupo dominante da sociedade brasileira, porém, a morte de Zumbi no ano de 1695 é um marco na história da Consciência Negra, relembrada no dia 20 de novembro por meio da lei “10639 de 09 de novembro de 2003, Artigo 79-B”. A partir

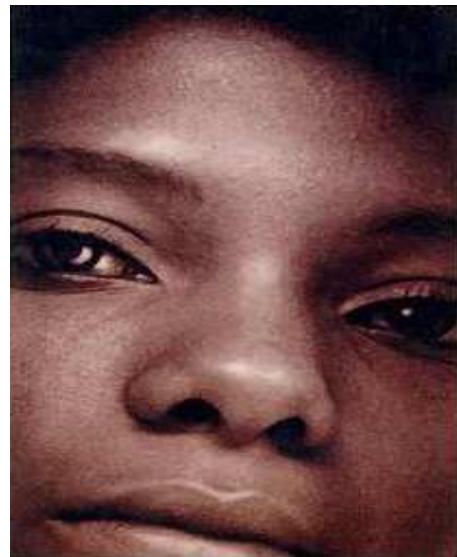
¹⁴ VICENTINO e DORIGO, Op. cit. p. 25 - 28.

¹⁵ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. Representações coletivas e Identidades Sociais. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 1991. p. 183

¹⁶ IDEM, p. 182-187.

da aprovação da lei o calendário escolar incluirá o dia 20/11 como “*Dia Nacional da Consciência Negra*”.

No rosto dessa criança negra sobressaem os olhos desesperançados. Não é muito difícil encontrar semelhante como este na atualidade. Foto da capa do livro paradidático, cuja autora Maria L. T. Carneiro (*CARNEIRO, M. L. Tucci. O racismo na História do Brasil: mito e realidade*. São Paulo: Ática, 1998.)



O racismo é um termo usado, hoje, carregado de preconceito. Tenta-se encobrir o passado, eliminando o termo ‘racismo’, e afirmar no presente a expressão ‘preconceito étnico’, termo mais aceitável para pessoas, inclusive pelos próprios negros. No entanto, fica difícil apagar da mentalidade um conceito formado ao longo do tempo; fica difícil apagar o passado. A necessidade de conhecer o passado permite-nos dar um novo sentido às pessoas estigmatizadas pelas representações.

Portanto, são poucos os que fizeram a história, segundo a ótica da História Oficial onde a transformação social foi sinalizada pela intervenção dos atos heróicos dos brancos. Daí interpretou e registrou a história numa ótica unilateral. Esta ‘verdadeira’ história foi conhecida durante muito tempo na educação formal, desconsiderando outros personagens imbuídos de ação e, até mesmo, resistência.

O imaginário construído sobre os índios e os negros nos séculos passados ainda continua presente. Exigia-se uma equiparação aos portadores de uma cultura superior. “Nos porões do Brasil colônia”,¹⁷ foram construídos mitos¹⁸, tais como ‘índios

¹⁷ CARNEIRO, Op. cit. p. 9.

indolentes’ e ‘negros inferiores’. Assim, os índios foram estigmatizados como preguiçosos. Não muito diferente aconteceu com os negros, pois eram considerados objetos, animais de fato inferiores. Este fato gerou o pretexto de rotulá-los de ‘sangue impuro’ e, consequentemente, proibidos de ocupar, no futuro, cargos públicos e outros. Há nos documentos coloniais, por exemplo, ‘Abertura do Processo de Habilitação de Genere’ de Domingos José Coelho, requisição de diligências de puritate sanguinis (de pureza de sangue)¹⁹, em que podemos constatar o preconceito étnico no Brasil.

O mito da liberdade²⁰, referido anteriormente, toma forma em 1888 com a Lei Áurea. Depois de viver ao longo de meio século sob pressão da Inglaterra, enfim o Brasil assina a lei que tem por objetivo libertar os escravos. A partir da Lei Áurea (1888), podemos constatar a falsa realidade, pois os negros continuaram vivendo na condição de servos ou criados. Por outro lado, os negros não ascenderam socialmente, ou seja, as melhores posições na sociedade continuavam para os brancos.

De “escravo a ex-escravo”²¹, uma proposta de branqueamento, era o projeto para o povo liberto. Podemos constatar isto no desenho onde o negro aperta a mão do branco como representação da nova imagem do ex-escravo. Embora a roupa seja composta de calça e camisa, há uma grande diferença: o negro se mantém em condição inferior, pois ainda não usava sapatos. A liberdade de andar pelos seus próprios caminhos – símbolo de progresso – continua restrita, sob o comando do branco.



O século XIX valoriza e estimula a ciência, sinônimo de progresso. Por meio das conquistas e transformações, a Europa demarca toda a sua extensão geográfica. As transformações desencadeadas a partir da Europa apontam para a modernidade. Esta modernidade era complexa no sentido de grandes produções científicas e técnicas, inclusive a chegada do trem de ferro e da eletricidade. No novo cenário ocorriam as guerras civis de cunho nacionalista, balizadas pelas idéias liberais.

¹⁸ Mito: “Representação deturpada de fatos ou personagens reais que, repetida constantemente, leva a elaborar uma interpretação falsa de um momento histórico ou de um grupo. O mito induz a acreditar numa realidade que não é a verdadeira”. (CARNEIRO, Op. cit. p.5).

¹⁹ IDEM, p. 12 – Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, cf. no anexo.

²⁰ IDEM, p. 14.

²¹ IDEM, p. 17.

O direito à igualdade era um dos princípios básicos das idéias liberais, as mesmas fomentadas no debate sobre a escravidão. Agora, porém, com um novo enfoque, pois o aprimoramento da ciência e do conhecimento proporcionou aos europeus entender e explicar as diferenças culturais. O século XIX foi também um período de muitas definições no que diz respeito ao nacionalismo, tendo como pano de fundo a raça. As potências européias, como França, Inglaterra e Alemanha difundiam pelo mundo formulações hierarquizando as raças, colocando em último lugar o povo da África. Podemos afirmar, a partir dos teóricos do racismo²², que as ciências biológicas se debruçaram em estudos para afirmar a inferioridade de algumas raças, tendo em vista a supremacia da burguesa européia.

Os europeus desenvolveram a ciência e, com ela, a explicação da diferença. Entre 1860 e 1890, criam-se as teorias para cimentar essa explicação, por exemplo, o darwinismo social, que “defende a tese da evolução das espécies biológicas com base na sobrevivência dos mais capazes”; o arianismo, “uma doutrina que justifica a desigualdade entre os homens e adverte contra o cruzamento de raças”; o evolucionismo social, a teoria que propunha a interpretação do desenvolvimento sociocultural do homem com base no conceito de evolução... O ponto máximo do progresso humano teria sido atingido pela cultura ocidental; as demais culturas seriam menos evoluídas, primitivas.²³ Essas teorias visavam justificar o imperialismo com o argumento de que determinadas sociedades comprovavam sua superioridade por meio da expansão econômica e territorial.

- A participação dos negros na construção da identidade nacional

A seguir, uma síntese do processo histórico pelo qual o Brasil passou no século XX, quando se configurou a necessidade de se definir enquanto Nação, cimentando algumas teorias no tocante à Identidade Nacional e intensificando-se a ação dos negros como componentes ativos da sociedade brasileira.

O tempo prossegue independentemente das teorias, mas o progresso traz transformações. Antes, o trem de ferro, agora, no século XX, a Estação da Luz, em São Paulo, um projeto de estação ferroviária australiana. Este século é marcado, entre outras novidades, pela erradicação das doenças, as quais sobreviveram ao longo dos séculos

²² Teóricos do racismo: Arthur de Gobineau; Houston Chamberlain; etc. (CARNEIRO, Op. cit. p. 22).

²³ IDEM, p. 22.

passados, como por exemplo, a varíola. Eram também novas no Brasil as idéias positivistas²⁴ defendidas por intelectuais como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, entre outros, os quais defendiam idéias racistas em suas clássicas obras.

Com a prerrogativa teórica do positivismo importado da Europa, alimentado pelos intelectuais do Brasil no início do século XX, constrói-se nos anos 30 e 40 um protótipo ideal do homem brasileiro: jeca – o caipira – símbolo do atraso; Zé Carioca – o malandro - contrastando com o discurso oficial do operário trabalhador. Enfim, nestas décadas, tentou-se construir a imagem do Brasil em busca de uma identidade nacional. Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-grande e Senzala*, do ano de 1933, desenvolve a teoria da mestiçagem, segundo a qual o encontro das três raças resolveria o problema do preconceito. Decorre, a partir dele, o mito da democracia racial.

Vale lembrar que a década de 30 era o período do governo de Getúlio Vargas, com grande efervescência na construção da identidade nacional. O modelo desenhado por Gilberto Freyre para o Estado Nacional não correspondia à expectativa de Vargas. O presidente almejava e exigia ordem, principalmente no Estado Novo – 1937-1945. Os paradigmas da democracia liberal, ‘liberdade’, ‘igualdade’ e ‘fraternidade’ – tendiam a ficar no esquecimento e serem substituídos pela disciplina do corpo e do espírito, dando margem à repressão e à censura. Sendo assim, os revolucionários, grevistas, mulatos, entre outros, responsáveis pela desordem, eram coibidos pela vigente ditadura varguista.

Mas a luta pela liberdade de ir e vir, fomentada pelos Direitos Humanos, incita o grupo excluído, ao longo dos anos, a buscar o seu reconhecimento. Carneiro²⁵, afirma que desde 1910 esse grupo vem se organizando. Em 1918 funda-se, em São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB), com objetivo de lutar pela cidadania dos negros. Este movimento se transforma em partido político no ano de 1936, mas é extinto pelo Estado Novo (1937-1945), o regime autoritário de Getúlio Vargas.

A organização dos negros não ocorreu apenas em São Paulo. Em outros lugares ela também se faz presente, como no Rio de Janeiro, em 1949, com a União dos Homens de Cor, que tem como objetivos promover uma alfabetização para os afro-brasileiros e atender as necessidades das pessoas nas favelas por meio de médicos, restabelecendo a saúde ou detectando doenças.

²⁴ Positivismo: uma das mais importantes correntes filosóficas do século XIX. Afirma que o conhecimento verdadeiro, ou científico, resultante da observação e da experiência, consiste na descrição dos fatos positivos, isto é, dos fatos observados. (CANEIRO, Op. cit. p. 26).

²⁵ IDEM, Vozes da negritude, p. 56.

Com o fim da 2º Guerra Mundial em 1946, surgem novas expectativas, expressas na Nova Constituição. Esta propunha o fim da discriminação racial, culminando em 1951 com a Lei Afonso Arinos, proibindo qualquer tipo de ato público de cunho racista. São Paulo vai além em reconhecer a dimensão da prática discriminatória racial e cria, em junho de 1993, a Delegacia Especializada de Crimes Raciais. Nos anos 80, a Constituição de 1988, no seu artigo 5º, o Código Penal (artigo 208) e a Lei 7716, proíbem, terminantemente, qualquer tipo de racismo, o qual é considerado um crime.

Pode-se perceber a tomada de consciência política por parte dos negros, mas sem avançar na desobstrução da ordem estabelecida. Portanto, o negro procura colocar em prática efetiva o que estava proposto nas Leis para todos, mas, que ainda não se concretizava na prática.

No livro de Vicentino e Dorigo²⁶ procuramos identificar se há colaboração no tocante à inserção do negro na sociedade brasileira enquanto fomento para o enriquecimento cultural e para a construção da Identidade Nacional, ou se o negro é visto apenas como objeto mercadológico, sustentando a economia do país, em favor de uma classe branca hegemônica, dominadora e exploradora.

Vale ressaltar que o livro compara o século XVI com o de hoje, século XXI, tendo como eixo a análise de um projeto social que favorece uma minoria em detrimento da maioria que, mesmo hoje, tem o controle do projeto político-econômico para o país.

No começo predominava a exploração, tanto na venda dos escravos, quanto na utilização de seu trabalho para a manutenção da lavoura ou o sustento da população européia. O grande contingente de negros retirados da África diminui consideravelmente ao contato com os brancos.

Apropriados enquanto mão-de-obra, os negros são contaminados pelas doenças dos brancos, o que os leva à morte, além da morte pelo trabalho forçado. A intervenção dos jesuítas, homens trazidos pelo Governador Tomé de Souza em 1553, acontecia de uma forma muito tímida por se sentirem submetidos ao comando do rei.

Na sociedade que se constituiu a partir da vinda dos negros para o Brasil, segundo os autores, houve uma mobilização social em decorrência da atividade

²⁶VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para ensino médio**: História geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2001. 688 p.

mineradora. Estima-se que, dos 320 mil habitantes da capitania de Minas em 1776, 52% eram negros e 25% mulatos, somando quase 80% da população.

O capítulo 30, “A Construção do Mundo Contemporâneo”, refere-se à construção do Estado brasileiro, no Primeiro Reinado e Período Regencial, que continua ao longo de todo o século XIX, com o intuito de se constituir o Estado Nacional. Nesse processo destacam-se os setores oligárquicos, ou latifundiários, homens que criaram mecanismos políticos para garantir a sua perpetuação no poder. Ainda nos deparamos na atualidade com alguns resquícios do poder oligárquico.

No processo histórico da independência o grupo de escravos, ou os negros, até mesmo a classe bastarda não participou, pelo menos não os visualizamos. “A fim de garantir a independência, D. Pedro I contou com o apoio das elites nacionais e com a arrecadação de impostos para expulsar as tropas portuguesas que se opunham à separação entre Brasil e Portugal”.²⁷

Na organização política do Estado brasileiro²⁸, verifica-se que há uma preocupação em se criar leis que regulamentem a administração, com a presença marcante dos grandes proprietários, membros da Igreja e juristas. Esta aristocracia primava pelo domínio aristocrático-escravista. Compete, portanto, a estes homens a permanência dos escravos, para atenderem aos seus interesses, mesmo que em alguns países já houvesse um outro tipo de realidade em relação à escravidão.

A partir da constituição de 1824, nota-se no processo político a construção da ordem social e econômica, em que predominam as diretrizes que garantem os interesses oligárquicos. Em outras palavras, um pequeno grupo elabora as diretrizes para a organização do Estado tendo em vista a sustentação da estrutura escravista e elitista.²⁹

O Segundo Reinado no Brasil, que começou em 1840, sob o governo D. Pedro II, permaneceu escravocrata até 1888. Após a libertação oficial dos escravos, os vícios do regime continuaram existindo, sendo visíveis até hoje. Preconceito racial, desvalorização do trabalho manual e desrespeito aos trabalhadores são apenas alguns

²⁷ DORIGO e VICENTINO, Op. cit. p. 369.

²⁸ IDEM, p. 370.

²⁹ *Oligarquia* significa etimologicamente “governo de poucos”, mas, nos clássicos do pensamento político grego, que transmitiram o termo à filosofia política subsequente, a mesma palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de “governo dos ricos”, para o qual se usa hoje um termo de origem igualmente grega, “plutocracia” (...). Diz Platão: “A constituição baseada no patrimônio... onde os ricos governam, enquanto o pobre não pode participar do poder” (República, 550 c.). Diz, de igual modo, Aristóteles: “... poder-se-á dizer que existe democracia quando governam os livres; com maior razão ter-se-á uma oligarquia quando governam os ricos, sendo geralmente muitos os livres e poucos os ricos” (Política, 1290). Apud. BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Ed. 7. Brasília: UnB, 1995. v. 2, p. 835.

traços deixados pela escravidão. Alguns desses traços são visíveis no cotidiano das relações pessoais ou familiares dos negros e seus descendentes. Alguns símbolos e valores constituídos pelo grupo dominante, expressos em adjetivos dados aos negros, muitas vezes depreciativos e pejorativos, como ‘negrinha’, ‘o negro de alma branca’ e tantos outros tratamentos negativos, contribuem para que o brasileiro tenha uma noção negativa da sua identidade e desenvolva um persistente sentimento de baixa auto-estima.

Pode-se concluir que o estigma negativo decorrente da diferença de cor, etnia e de condição social, é proveniente dos séculos XVI e seguintes. Uma mudança de valores deve ser buscada por meio da educação de base, construindo uma nova mentalidade dos educadores, que deveriam ensinar aos alunos o que de fato está na base da nossa cultura, que foi fundamental para a formação da Identidade Nacional.

Sendo assim, deve-se colocar em prática a Lei 10639/2003, segundo a qual as culturas Africana e Afro-brasileira passam a ser conteúdo obrigatório para o ensino fundamental e médio. A partir de agora verifica-se a necessidade de ampliar a formação dos educadores do nível básico, preparando-os para ministrarem um ensino democrático, fundamentado numa revisão da história do Brasil, de modo a romper com os estigmas negativos colocados aos negros e que, por extensão, afetam a todos os brasileiros.

CAPÍTULO II

RECONHECIMENTO HISTÓRICO, CULTURAL E SOCIAL

O objetivo deste capítulo é fazer um balanço da abordagem sobre a identidade brasileira nos textos didáticos de História, sabendo-se que nesta construção encontram-se várias vertentes ideológicas, enaltecedo uma política do favoritismo dos europeus, em detrimento do grupo étnico trazido da África e das populações nativas. Precisamos buscar a compreensão do silêncio existente nos livros sobre a inserção dos negros na sociedade brasileira sob o ponto de vista cultural, tendo em vista a sua contribuição para o enriquecimento do povo brasileiro e para a construção histórica do cenário político, social, cultural e econômico da nação.

Para entender a identidade brasileira apontada pelo material didático, é conveniente que se compreenda o conceito de cultura. É necessário entender o que é cultura com os princípios antropológicos porque colocam em confronto dois aspectos defendidos pelos evolucionistas, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, que são o biológico e o meio ambiente. Roque Laraia desestrói a idéia de que a cultura é entendida a partir desses princípios, pois o homem rompe as suas limitações.³⁰ A única diferença entre o homem e os outros animais está justamente em seu aprendizado, o que se contrapõe à noção de que o homem traz em si o conhecimento, através do mecanismo biológico, como pensam os evolucionistas.³¹

Na segunda metade do século XIX desenvolveu-se no Brasil um movimento social pleiteando a libertação dos escravos, influenciado, sobretudo, pela Inglaterra. No ano de 1871, aprova-se a Lei do Ventre Livre. Essa lei não foi bem vinda aos fazendeiros, pois foi uma afronta ao direito adquirido de propriedade sobre os negros. Cabe destacar que a lei era aplicada após os 21 anos daqueles que haviam nascido a partir desta data. Portanto, a questão da tutela dos senhores sobre os negros, até completarem 21 anos, é uma forma de mantê-los sob a sua ordem, gerando uma

³⁰ LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um preconceito antropológico.** 8 ed. Rio de Janeiro, 1993. 52 ss.

³¹ A implementação das discussões sobre cultura é constante a partir do século XIX, por exemplo, E. Tylor, Alfred Kroeber, Franz Boas, todos do final do século. (LARAIA, Op. cit. p. 25 ss).

continuidade à escravidão. Pode-se, portanto, questionar se essa lei de fato proporcionava aos negros uma vida com liberdade.

Em seguida, aprovou-se a Lei dos Sexagenários, a fim de libertar os escravos com mais de 65 anos de idade. A primeira explora os escravos em seu vigor de trabalho, a segunda é colocada em perspectivas raramente alcançadas, pois nem sempre se conseguia viver até essa idade.

No ano de 1888, com a ausência de D. Pedro II, a sua filha, Princesa Isabel, assina a Lei Áurea, decretando a libertação dos escravos.

Ao mesmo tempo em que se processava a abolição da escravidão, ocorria um intenso movimento migratório da Europa para o Brasil. A elite econômica do Brasil implementava uma política de contratação de trabalhadores italianos para as lavouras de café. Cabe, então, a questão: o que levou, de fato, ao descontentamento dos brancos em relação ao trabalho produtivo dos negros? Se, naquele cenário econômico o negro era um personagem explorado, por que não reconhecê-lo como trabalhador assalariado?

A análise do livro didático do Ensino Médio e dos livros Para-didáticos mostra que se verifica o estranhamento de alguns povos na construção da Identidade Nacional, com destaque para os negros e os indígenas. Sabe-se, no entanto, que a construção dessa identidade não está vinculada apenas aos europeus que vieram para dominar. Além deles, havia os que já viviam aqui, bem como os que foram trazidos à força.

O enfoque dado pelos livros didáticos do ensino básico remete a uma questão incômoda: como fica o cognitivo das crianças em relação a estes fatos da história? Principalmente as crianças negras, quando se deparam com os seus colegas não negros, vivendo períodos longos de degradação humana, será que elas entendem que o texto refere-se à mentalidade da época, ou, será que isto aparece como falta de humanidade?

Fala-se muito sobre “anacronismo”, lembrando para não transportar a realidade de hoje para o passado. Mas se observarmos bem, são tantos séculos de escravidão, de preconceito em várias escalas! Como não atentar para os resquícios de discriminação implantada na mentalidade social? Penso que o cuidado não deva ser com o anacronismo, e sim com a tentativa de justificar as atrocidades feitas no passado.

Os argumentos utilizados pelos evolucionistas caem por terra diante da concepção antropológica que afirma o caráter de aprendizado da cultura em oposição à idéia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. Edward Tylor, inglês do ano de 1832 a 1919, define cultura em seu amplo sentido etnográfico: é o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes ou quaisquer

outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.³²

Uma discussão profunda sobre a questão da cultura na ótica do inatismo, John Locke (1632-1704), procura desconstruir aquilo que se pensava, ou ainda hoje se pensa a respeito. Cultura vai além da suposta “ordem social”, pois nenhuma ordem social tem como base as verdades inatas, considerando que as mudanças no ambiente são constantes, afetando o comportamento. John Locke, Turgot, Malinowski, Leslie White buscam definições de cultura semelhantes a um processo adaptativo, em que o convívio proporciona o comportamento e suas mudanças.

A apreensão do conhecimento e o domínio do mesmo pelo homem é uma questão de aprendizagem, assim, a mediocridade está para todos como o interesse está em cada indivíduo, ou seja, em seus esforços. Tendo como base a formação da comunidade, o indivíduo não se realiza por si ou do nada, a comunidade tem a sua presteza no movimento das relações dos indivíduos.

Segundo Laraia, a cultura possibilita a determinados grupos terem a sua visão de mundo, ela faz-nos enxergar todas as coisas segundo os nossos costumes. As alterações ficam por conta da herança cultural, onde as possibilidades aumentam a partir de vidas que nos precederam e do contato com atitudes inovadas, mesmo que no momento estas atitudes estejam fora dos padrões. A dificuldade de entender o novo nos leva a ter reações depreciativas.³³

Entende-se, portanto, que nesse caso a cultura condiciona o homem a certos costumes que ele adquiriu na convivência com seu grupo social. Os costumes de cada um dependem do tipo de cultura a que a pessoa está condicionada. O contato com outras culturas não isenta o homem de ver a sua como a única certa. A mudança no comportamento cultural é denominada endoculturação”³⁴ a qual acontece por existir uma cultura interna e externa. A primeira muda pelo próprio sistema de mudança cultural, a segunda pelo contato com um outro sistema cultural³⁵.

O Renascimento é um fenômeno cultural humanista ocorrido no século XVI, no interior da própria cultura ocidental, que se caracterizou pela individualização do sujeito, favorecendo a emergência do capitalismo, sistema econômico que se fundamenta nos interesses particulares.

³² LARAIA, Op.cit. , p. 25-6.

³³ IDEM, p. 69-70.

³⁴ IDEM, p. 19-20.

³⁵ IDEM, p. 69 – 100 ss.

O Renascimento traz consigo três aspectos que irão sustentar essa nova mentalidade. O naturalismo, que é o retorno à natureza; o hedonismo, que é uma filosofia que defende o prazer individual como o único bem possível e o neoplatonismo que é toda elevação espiritual, uma busca de aproximar-se de Deus, por meio da interiorização, de busca espiritual, em detrimento de qualquer busca material.

Essas transformações culturais quando chegam nas Américas e na África, desconsideram totalmente o processo cultural dos povos nativos. Para os europeus, nos lugares que estavam dominando existiam apenas povos atrasados, que ainda cultuavam vários deuses e, principalmente, que não haviam passado pelo processo da evolução, identificada como constituída por três etapas: selvageria, barbarismo e civilização.

Essa mentalidade, assentada sobre os princípios cristãos e sobre a evolução do homem, é a espinha dorsal do Renascimento. No período entre os séculos XV e XVI, o encontro do Mundo Velho com o Mundo Novo dissemina a cultura européia e orienta a relação entre os povos e, à medida que avançava a colonização e o domínio europeu, orienta, também as relações sociais no interior das culturas dominadas.

- Justificativas históricas da escravidão negra na América

As hipóteses sobre o motivo do trabalho escravo negro na América foram formuladas por vários pesquisadores. Sérgio Buarque de Holanda, no livro *Raízes do Brasil*, de 1933, diz que o negro veio para suprir as necessidades de trabalho já que os índios não se adaptaram. O autor citado enfatiza que os portugueses não eram preconceituosos em relação à raça, pois este povo era um produto de miscigenação, ao contrário, porém, de outros povos europeus.

Outro clássico, Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, destaca a impossibilidade da população portuguesa arcar com o trabalho na colônia, pois há insuficiência de braços, até mesmo no território mulçumano, onde a sua conquista ficava abandonada.

Fernando Novais, na obra *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*³⁶, contrapõe-se às explicações anteriores. Segundo ele, o que estava em questão era o interesse econômico, tendo em vista a crise do antigo sistema colonial. Para resolvê-la, a solução foi implementar o tráfico negreiro, equiparando-o ao

³⁶ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1987.

comércio das especiarias orientais, à produção de açúcar e outros. Fernando Novais destaca-se dos outros autores, ao enfatizar interesses comerciais, em oposição às teses da falta de mão-de-obra e de insuficiência de população européia para instalar-se no Novo Mundo.

No século XVI, a presença dos africanos no Brasil torna-se maciça, mesmo que trazidos à força. No entanto, durante três séculos os portugueses dominaram esta região, impondo sua cultura aos nativos e aos negros. Em seguida à dominação portuguesa, outros europeus vieram para o Brasil, especialmente espanhóis e italianos no século XIX e inicio do XX. A cultura brasileira, portanto, tem que ser definida a partir desse movimento de populações que nos remete a uma intensa miscigenação.³⁷

No Brasil, em 1889, quando a ‘jovem’ República Velha (1889-1914) torna-se promotora do acesso à cidadania, difunde-se e torna-se influência predominante a ciência evolutiva e determinista. A teoria darwinista que retrata a evolução das espécies, norteava a visão de mundo dos homens do final do século XIX, levando-os a acreditar na distância entre as raças³⁸, assim como entre as espécies. Este pensamento atribui um caráter determinista à escravidão brasileira, com reflexos nos dias atuais. Em vista disto, nos anos 1930-1940, desenvolveu-se a concepção da relação pacífica entre as raças, de Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala*, do ano de 1933. Vale lembrar que é o período do governo Getúlio Vargas.

Gilberto Freyre desenha um Brasil Colonial, com laços fraternos, onde as relações entre senhor e escravo acontecem sem conflitos. Segundo a obra de Freyre pode-se perceber que o mesmo considera as relações dos três povos (negro, indígena e branco), como uma ordem cultural,³⁹ determinada pela hierarquia entre as raças e pela noção positiva de desenvolvimento decorrente da relação entre raças com desenvolvimento desigual.

Essa concepção tem forte influência sobre a produção dos livros didáticos de História, os quais transmitem a sucessivas gerações, a noção de que as concepções racistas, articuladas ao sistema capitalista emergente, geraram a desigualdade social.⁴⁰ Assim, a escravidão dos negros e dos indígenas tornou-se plenamente justificada pela evolução cultural da época, como solução para o problema econômico da necessidade

³⁷ LARAIA, Op. cit. p.35 ss.

³⁸ IDEM, p. 160 - 1.

³⁹ IDEM, p. 164.

⁴⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In.: **Negras Imagens**. SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 12 – 13; 15 ss.

de mão-de-obra. Na medida em que impunha o domínio da raça inferior pela raça superior, não sofreu contestação, nem gerou conflitos, assumindo um caráter pacífico que, ao termo, tornou-se positiva, por possibilitar a miscigenação étnica e a diversificação cultural.

O ato da abolição da escravidão, no ano de 1888, foi uma outra forma de mascarar a realidade, pois tratou de colocar às claras a bondade da classe dominante para com os negros em favor de melhores condições de vida. Logo a seguir, desenvolveu-se a proposta de embranquecer a população, “permitindo” aos negros ascensão na escala social. Após o fim da escravidão, no entanto, os brancos passaram a ver os negros como criados.

A partir de pressupostos do Iluminismo, as desigualdades eram escamoteadas, pois o que estabelece os fundamentos das relações é a forma de ver o outro em sua natureza, a desigualdade em si, gerando uma falsa sociedade igualitária. “... uma perversão do Iluminismo humanitarista, que buscava naturalizar a desigualdade em sociedades só formalmente igualitárias”.⁴¹

Essa concepção de ordenamento da sociedade chega ao Brasil um tempo depois, para ser aplicada a uma realidade histórica bem diferente do processo histórico europeu. Na Europa o processo histórico foi permeado por guerras entre os países, mas não extermínio cultural como aqui no Brasil. Na Europa não teve, também, colonização, nem escravização do povo da África. Enfim, sabemos que no Brasil o processo é bem diferente do ponto de vista da evolução histórica, segundo a ótica européia.

Se fizermos uma digressão na História, veremos que sempre houve determinados grupos que não podiam participar das decisões políticas e de determinados acontecimentos. Se formos mais a fundo, veremos que no Brasil este grupo era e é composto predominantemente pelos descendentes dos índios e dos negros. Porém, dada a mistura posterior, fica difícil classificar quem é realmente brasileiro com procedência européia, ou africana, ou americana.

É pertinente perceber a trajetória da construção da Nação brasileira e quais foram os personagens que dela fizeram parte. Embora tenha havido grandes conflitos no sentido de dirigir essa nação, as propostas e ações convergiram a um ponto único: a defesa das oligarquias.

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. As faculdades de medicina ou... Entre o veneno e o antídoto: algumas considerações finais. In: **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 239 ss. 250.

A República do início do século estava dividida em três projetos: liberal, jacobino e positivista. O primeiro preconizava uma república federativa, a princípio, com autonomia dos estados, idéia proposta pelos cafeicultores de São Paulo. O segundo era o projeto da população urbana, a classe média e setores intelectualizados. É notório que este grupo se assemelhava com os dirigentes da Primeira República Francesa (1792-794), visando a participação popular na administração pública. O termo *república* tem o significado próprio dessa proposta, que é coisa à vista, ou seja, uma administração exposta à sociedade.

Por último, a república dos jacobinos, tendo como fio condutor as idéias de Auguste Comte (1798-1857), a Ordem como balizadora da administração com vistas à realização do Progresso, cabendo ao Estado garantir uma sociedade bem protegida e ordeira.

No período do apogeu da República Velha,⁴² os projetos republicanos liberal, jacobino e positivista, são sustentados pelo grupo dominante na sociedade brasileira, tendo em vista a manutenção do “status quo”. Nesse contexto, destacavam-se os cafeicultores paulistas, cuja palavra de ordem era a descentralização política, preconizando os direitos de locomoção, de propriedade e de livre-expressão apenas para os “brancos”.

Walter Benjamin (1892-1945), citado no livro didático⁴³, apresenta a possibilidade de se contar e escrever a história a partir dos derrotados. Nessa perspectiva é possível desmistificar a História Oficial, denunciando a postura de barbárie conjugada ao domínio senhorial, justificada pela idéia de progresso, o qual mascarava e justificava o interesse das oligarquias brasileiras e a ordem externa vindas dos europeus.

Essa Nova História teria o papel de buscar compreender o que de fato aconteceu, descortinando a História Oficial, que registrava apenas os feitos vitoriosos dos heróis, construídos na ótica dos dominadores e vencedores. “No século XX, começou-se a desmontar essa falácia, principalmente durante as guerras mundiais, iniciadas por conflitos europeus que espalharam por todo o mundo. Eram os povos ‘civilizados’, os europeus, que empreendiam matanças em escala nunca antes vista, incluindo a população civil, com o uso de armas químicas e outras tecnologias dedicadas ao exterminio, com mortes chegando à casa dos milhões”⁴⁴.

⁴² DORIGO e VICENTINO, Op. cit. p. 460.

⁴³ IDEM, Op. cit. p.437.

⁴⁴ IDEM, p. 436. (“CIVILIZADORES E BARBAROS”: *O declínio da Europa como centro do Mundo*).

Com esta proposta poderemos perceber quem foram os sujeitos históricos que construíram, ao longo do tempo, a representação sobre uma suposta “descoberta do Brasil” e uma suposta “independência”; quais as alterações no tocante à cultura e qual a identidade do povo que se constituiu na terra brasileira. Essa Nova História possibilitaria detectar onde está a raiz da resistência em aceitar que o Brasil também é negro.

Nos primeiros quinze anos de República Velha (1889-1914), criava-se a expectativa de que o advento do século XX resolveria o problema da inclusão social da classe marginalizada social e politicamente. O contrário aconteceu. Com o início da República, acentuam-se as diferenças sociais, tendo sido verificado que a ordem estabelecida jamais poderia ser alterada. Começa a efervescência do descontentamento, expressado pela Guerra de Canudos, 1896-1897, durante o governo de Prudente de Moraes, no Nordeste; a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, em 1904, durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906); e a Revolta da Chibata, em 1910, em Minas Gerais e São Paulo,⁴⁵ entre outros.

No início da República a classe dominante busca também na Europa projetos arquitetônicos, à moda parisiense. Esse movimento, enquanto sinônimo de progresso, era avassalador, pois tinha o objetivo de instalar no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, o perfil de um futuro próspero, ainda que varrendo todo o contingente de negros, mestiços e pobres para dar passagem à modernidade. Este contingente, por ser o contraste daquilo que se construía, provocava tensão social.

Perguntamos: para onde foram os negros, mestiços, índios e outros que foram excluídos dos projetos de modernização?

- Efeitos da discriminação na formação da mentalidade racista no Brasil

O monogenismo e o poligenismo são duas noções teóricas que justificam as diferenças existentes entre os homens. Uma tem como princípio a noção de que a espécie humana tem uma origem comum no Éden. A outra, o poligenismo, é uma “interpretação biológica da análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais”⁴⁶. Segundo o poligenismo somos formados por diferentes raças: branca, amarela e negra.

⁴⁵ IDEM, p. 476 ss

⁴⁶ LARAIA, Op. cit. p. 61-62

Dessa problemática deriva a história de Abel e Caim, segundo a qual Abel mata o seu irmão e é amaldiçoado por Deus, gerando o povo da África e das Américas. A dificuldade de compreender o preconceito e o racismo tem como causa esta problemática advinda dos primórdios, com o intuito de justificar as diferenças, bem como ações condenáveis do ponto de vista humanístico, como escravidão.

A prática européia de aprisionamento de negros para escravizar introduziu alterações nas relações sociais africanas. O tráfico de escravos entre as tribos tinha o caráter de sobrevivência interrelacional, enquanto que, na Europa, a previsão de sobrevivência se dava por meio da economia comercial, com relações de trabalho baseadas na recompensa pelos esforços. Na África a escravidão tinha caráter muito diferente da escravidão moderna: decorria das guerras tribais, em que o vencido era oferecido e escravizado pelo vencedor. Na Europa, a escravidão tinha dois objetivos: a) suprir as colônias com mão-de-obra de baixo custo; b) acumular capital por meio do mercado de escravos.

A diversidade do trabalho na África era relativo às necessidades tribais naquela época. Baseava-se no aproveitamento dos recursos naturais, ou seja, *“os povos bantus do sul da África trabalhavam os metais, como o ferro e cobre, fabricavam cerâmica e faziam tecidos com fibras de palmeiras. Criavam porcos, carneiros, galinhas e gado bovino. Depois dos contatos com os europeus, passaram a cultivar roças de milho, mandioca, batata e outros gêneros em suas aldeias”*.⁴⁷ Percebe-se a alteração que ocorreu com a presença de outros povos. Pode-se afirmar que a partir da presença de outros povos na África há uma mudança desfavorável aos mesmos.

Em suma, o escravo na África adquiria essa condição através das relações militares e políticas. Pode-se afirmar que as guerras internas proporcionaram uma relação de vencedores e vencidos estritamente pessoal. O procedimento não fica longe das realidades em outros lugares como, por exemplo, na América pré-colombiana, onde os vencidos, nas guerras, pagam aos vencedores através dos serviços prestados. O mercantilismo instaurado nesta época faz com que os europeus transformem o servo, ou escravo, em mercadoria para atender às suas necessidades econômicas.

Em consequência, acirra-se a disputa entre os europeus no sentido de dominar a África e a América, vislumbrando o comércio e o território, pois estava, também, em jogo o comércio de escravos, pois o tráfico estava tomando grande vulto nas transações

⁴⁷ RODRIGUES, Op. cit. p. 6

econômicas. “A mão-de-obra africana foi introduzida na América por falta de alternativa, pela crença na inferioridade dos africanos ou por motivos comerciais? Esta questão continua a provocar divergências entre os historiadores”.⁴⁸

Com a interferência dos europeus na África, mudou também a cultura. No primeiro momento percebia-se, do ponto de vista dos portugueses, um atraso em relação aos europeus, pois era notória uma relação medieval, situação já vivenciada na Europa nos séculos anteriores. Mas a comparação das culturas, dos modos de vida, não justificam o atraso.

Como o racismo e o anti-semitismo são camuflados, por tradição, na mentalidade brasileira, omitem-se determinados fatos. Se fosse feita uma acareação, seriam desmascarados: a memória seria descortinada. Em vista disto a autora afirma: “O Brasil da democracia racial, ou o brasileiro homem cordial não existe. Senão, como explicar a situação marginal em que vivem os negros, mulatos e indígenas?”.⁴⁹ “O preconceito racial não é assumido pelas pessoas, criando-se um racismo camuflado”⁵⁰.

Jovens integrantes de grupelhos neonazistas fazem um resgate do preconceito do período da 2ª Grande Guerra na época de Hitler, e estendem esta atitude aos nordestinos que povoam São Paulo perpetuando a mentalidade racista e preconceituosa.⁵¹

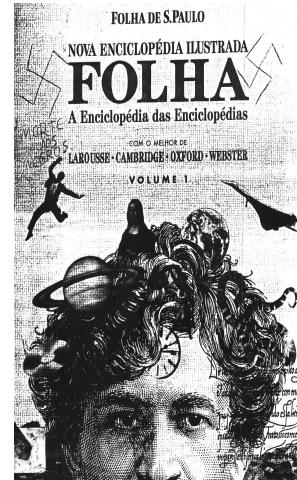
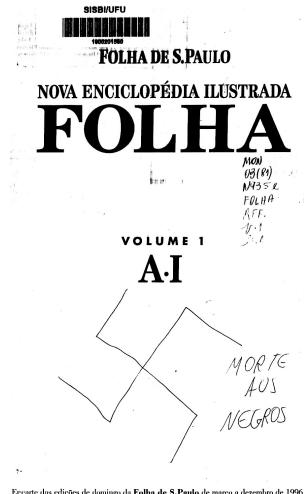
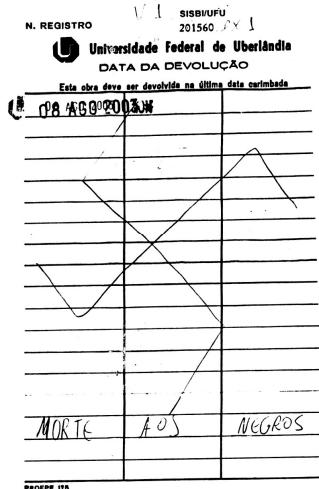
A partir desta historicidade podemos, hoje, na atualidade, perceber este tipo de atitude, haja vista o material colhido da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. Ilustrações como estas podemos perceber, também, em banheiros do Campus Universitário, onde está escrito: “Morte aos negros”, acompanhado com a cruz da suástica.

⁴⁸ IDEM, p. 12.

⁴⁹ CARNEIRO, Op. cit. p. 8

⁵⁰ IDEM, p. 6 e 7

⁵¹ Este material foi encontrado na Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. Chama-nos atenção por ser um material recente. No anexo, além destes, têm outros que foram encontrados no bloco B.



A tradição histórica do racismo explica também porque certos cargos de confiança e de honra não são ocupados pelos negros, mulatos, mestiços e índios: se esses não têm uma tradição católica e nem títulos de nobreza, são pessoas inadequadas para ocupar os lugares que foram confiados aos que têm raiz no passado europeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade ainda é marcada pelo preconceito étnico e pela exclusão social do negro e do indígena. As mudanças têm sido lentas, decorrentes de pressões exercidas pelas organizações políticas dos grupos populacionais marginalizados.

Ao final do século XX e no início do século XXI, algumas medidas tomadas pelo governo podem alterar a face excludente da sociedade brasileira.

Após muitas lutas, onde os entraves foram enfrentados com resistência, segundo Florestan Fernandes, os protestos têm a sua característica integracionista no bojo da resistência e conformismo, ou seja, permanece a ordem, porém, a conquista é o reflexo destes embates.⁵² Podemos perceber os ecos destas lutas e suas vitórias, ainda meio tímidas, se atentarmos para a gravidade do ocorrido ao longo dos três séculos de escravidão. Contudo, uma das respostas a estas lutas é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).⁵³

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996, estabeleceu no Artigo 35 uma concepção sobre o papel da educação na formação da cidadania: – “o aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.⁵⁴

Tomando esta medida como base para uma mudança social, inclusive a inserção do negro com presença significativa e mantida na escola, pode-se destacar o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), que são direcionamentos às famílias e ao Estado, no sentido de fazer cumprir e valorizar a educação à sociedade civil.⁵⁵

A proposta de reformulação do material didático para implementação de uma política educacional que enfatize a convivência da diversidade é um outro passo para a implantação efetiva do Estado de Direito. A solução não está no direito isolado, e sim

⁵² FERNANDES , Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difel, 1972.

⁵³ LDB – Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Art. 35.

⁵⁴ PCN'S – Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Médio; 1999. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. – Brasília: Ministério da Educação, 1999. p.284.

⁵⁵ Publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

na reestruturação no currículo, como prevê a nova Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003,⁵⁶ a qual obriga a inclusão de estudos sobre a “História da África”, Artigo 1º A Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A e 79-B.

Enquanto a lei não é aplicada em todo o seu alcance, o ensino básico é ainda caracterizado pela transmissão de um conteúdo escolar tradicional, que atribui à educação a junção de produção do imaginário social difundido pela elite, com influências predominantemente européias, tal como demonstra a professora Eliana neste trecho da sua entrevista:

P. Você acha que a cultura do Brasil é clara para nossa compreensão sobre a questão da miscegenação?

R. Não. Ela ainda é muito discriminatória, e eu diria o seguinte: quando fala essa própria questão racial, sempre quando falamos de questão racial a primeira idéia, vem a idéia do negro,... Quantos deputados nossos são indígenas? Vou começar pelo índio, nós tivemos um Juruna, que foi super discriminado, Jô Soares criou um personagem em cima do Juruna, em cima dele com a questão discriminatória, com relação... com relação ao negro, também, nós também podemos falar que avançou, avançou até quando?... Então, nós somos um país ainda de mescla e a questão da raça ela não é bem..., digamos, assim, estudada, não é bem construída, e nós podemos, eu tenho que puxar, Roberto, inclusive a questão dos nossos heróis, dos nossos ídolos com eu disse a você, eu não trabalho a História Oficial, mas não tem jeito de eu chegar numa História Nova, uma História Crítica, como nós trabalhamos sem regatar os heróis, inclusive Tiradentes. Quem é ele?... uma construção ideológica, alto, praticamente loiro, cabelos escorregadios e tal, então ele não foi, quer dizer, quando fala das lutas camponesas, das lutas relacionados ao algodão, relacionado, quando entra... o índio, o índio, ele é colocado como sendo o herói, como sendo assim... o ‘forte guerreiro’ e ali ele dá flechada, e depois ele volta pro universo dele, também o negro, então nós não temos nenhuma representação, nenhuma grande expressão.

A partir da nova legislação, porém, pode-se pensar em novos caminhos para o ensino de História, objetivando uma outra estrutura para o currículo escolar, um novo enfoque para os alunos, com a possibilidade de torná-los sujeitos transformadores, imbuídos de conhecimento crítico, predispostos a organizar-se em sociedade, tendo como motor propulsor a coletividade. Em suma, a História no ensino médio contribuiria para estabelecer uma relação mais consistente entre os alunos e os deveres com a sociedade em geral.

Compete a nós, historiadores, repensar a construção do conhecimento sobre a História do Brasil, tendo em vista uma visão mais abrangente da pluralidade cultural. Isto é, a história difundida nos livros e ensinada na escola é excludente, restringindo-se

⁵⁶ Veja no anexo estas informações sobre esta lei na íntegra.

quase que exclusivamente à cultura dominante de origem européia. Haja vista a resposta de uma professora ⁵⁷, à pergunta sobre a proposta do Presidente Inácio Lula da Silva de adição de políticas afirmativas para inclusão social do negro:

“A escola e os professores conseguem deixar claro que o Brasil é um país multicultural? ”:

Eliane: Não. Para ser sincera, eles não conseguem fazer isso. E aí eu posso até retomar... porque as escolas, elas ainda trabalham no método muito arcaico do livro didático, de seguir muito assim... o programa. Então, para estar trabalhando a questão que o Brasil é um país multicultural, resgatar Paulo Freire, resgatar as diferenças é necessário que o programa estivesse voltado para esse aluno enquanto ser, enquanto pessoa, fizesse um trabalho jornalístico. Fizesse pesquisa de campo, então a escola ainda não é voltada ainda pra essa questão...

A escola ainda é muito elitista, ainda é a escola do branco, a escola do rico, e a escola não conseguiu atingir isso não. Acho que seria muito é..., até mesquinho, eu poderia usar essa palavra se eu dissesse que nós sabemos, por exemplo, que as diferenças culturais, as diferenças de aprendizagem de uma pessoa negra, ela é diferente do branco pelas suas condições de trabalho, suas condições econômicas da própria família ficam bem aquém. Nós sabemos disso; os baixos salários desse pessoal, então a escola não está preparada ainda não.

A História tomará um novo sentido para a sociedade brasileira, privilegiando uma leitura ampliada da experiência racial: “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história [oral] ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”.⁵⁸

Em suma, a proposta é que a sociedade civil, em conjunto com os professores, participem das discussões sobre a educação para tornar as pessoas todas, - e não somente as brancas, morenas e outros adjetivos amenizadores dos negros, - cidadãs ativas. Possibilitando a todos uma participação nas transformações sociais, onde o negro, o branco, o indígena, o amarelo e outros, estejam ocupando cargos de confiança em qualquer espaço político administrativo da Nação. Dessa forma estaremos construindo uma educação, que contemple todos os componentes étnicos da população, comprometendo-nos com a vida, respeitando as diferenças. Só assim será possível

⁵⁷ Entrevista concedida ao autor pela Professora Eliane Natividade Ferreira de Souza na Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa, Uberlândia, 19 agosto de 2003.

⁵⁸ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In.: **Estudos Históricos** R. S.: CPDOC/FGV, V. II, nº III, 1989, p. 1-15.

acabar de vez com a hipocrisia em dizer que vivemos em um país democrático, pois de fato, só os brancos têm lugar garantido no comando da sociedade.

É preciso acabar de vez com a mania de dizer que o Brasil é um país miscigenado e que não há preconceito. Temos que assumir uma postura positiva diante da diferença racial e ampliar o espaço de atuação e de realização do negro e de outros grupos étnicos, alcando-os inclusive, à posição de mando e de liderança econômica. Para avançar um pouco mais, é necessário rever a questão dos negros e sua História, seja no Brasil, seja na África, pois quem deixar a África de lado nunca irá conhecer a fundo o Brasil. Este é o momento histórico para que se aprofunde nas questões das desigualdades étnicas e até mesmo das desigualdades sociais.

É necessário que o Educador busque constantemente o aperfeiçoamento de sua formação acadêmica, tendo em vista o aprimoramento da democracia. O professor do conteúdo de História deve estar atento às mudanças propostas pelo Governo, - federal, estadual ou municipal – que possibilitem a construção de uma sociedade tolerante e solidária.

- É possível superar a marginalização social do negro?

Não tenho intenção de fechar o raciocínio e a pesquisa, mesmo porque um trabalho científico é infundável quando se trata de problemas sociais, porque as relações estabelecem novos horizontes. Deste ponto de vista, o objetivo é estender a pesquisa a outros níveis escolares, embora privilegiando o ensino fundamental.

Muitos costumam afirmar que o Brasil é um país sem preconceito e que não há discriminação racial. Esta afirmativa, na atualidade, é muito comum, inclusive por conta de pessoas que são contra o sistema de cotas. Na atualidade discute-se muito sobre a reparação do passado dos afros-descendentes com as Políticas Afirmativas, tendo em vista a implantação das Cotas nas Universidades públicas. São polêmicas que separam dois grupos: os contra, por afirmarem que irá causar cada vez mais a discriminação, por pensar na incompetência dos negros e os a favor, que procuram igualar a sociedade abrangendo todos os sujeitos históricos enquanto cidadãos.

A lógica da inclusão social pode remeter a uma discriminação racial e social. Alguns dizem que o estabelecimento das cotas no meio escolar fará aumentar ainda mais o preconceito e a discriminação racial, sobretudo nas Universidades, por

incompetência das mesmas e que, consequentemente, os favorecidos pela Políticas Afirmativas – das Cotas – serão considerados alunos que entraram pelas “portas do fundo”.⁵⁹

Podemos eleger um recorte no tempo para refletir sobre as lutas decorrentes de questões raciais e perguntar se houve avanço ou conquistas. A partir de algumas pesquisas datadas dos anos de 1960 a 1980, na indústria e na urbanização houve um crescimento considerável, ao contrário, porém, da área de Educação, principalmente a inserção de grupos de pessoas de cor. Neste caso o subdesenvolvimento é marcado pelo descaso e a irresponsabilidade no âmbito municipal, estadual e federal.

As oportunidades para os negros são tão poucas que apenas em raras exceções as pessoas negras chegaram a dizer: “eu consegui”; a grande maioria, não. Por que não?

Podemos encontrar explicação, se entendermos a questão enquanto luta de classe. Neste sentido, as cotas são frutos de uma conquista. Se isto é verdade, por que não ser a favor? Por outro lado, colocar-se contra as Políticas Afirmativas, faz-nos pensar, por um lado, sobre o problema em sua raiz, que é a Educação de Base ter sabido, até agora, lidar com as realidades variadas da experiência brasileira, destacando, neste caso, o desconhecimento dos afrodescendentes e sua cultura ancestral.

Constatamos nos livros didáticos a História do povo da África enquanto escravos trazidos e explorados. A primeira impressão é que não tem quase nada a ser explorado, haja vista uma história de desumanidade. Mas temos necessidade de entender o quanto o povo imigrante alterou a sua cultura no momento da fusão com os europeus, que também tiveram sua cultura alterada, bem como o processo que resultou no povo brasileiro. Mais do que isto, a miscigenação deveria ser um assunto curricular de forma sistemática para que o estudante saiba que o povo brasileiro é também negro.

⁵⁹ Expressão usado nos corredores das Universidades Federais para identificar aquelas pessoas que entram por meio de processos seletivos PAIES, Provas de Transferências, etc.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Decreto Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filho?tipo=LEI&secao=NJUILEGBRAS&numLei=010639&>. Acesso em 07: 07 jun.2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil: mito e realidade.** 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

CHARLES, C. M. **Piaget: ao alcance dos professores.** Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1975.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. Representações coletivas e Identidades Sociais. In: **Estudos Avançados.** São Paulo: USP, 1991. 182-187.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difel, 1972.

HASENBALG, Carlos A. ; SILVA, Nelson do Valle. Raça e Oportunidades Educacionais no Brasil. In: **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, N.18, 1990. p. 73-91. Fundação Carlos Chagas.

LAPLATINE, François. Marcos para uma História do pensamento Antropológico. In: **Aprender Antropologia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 37-53.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um preconceito antropológico.** 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1993.

LDB – Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Art. 35. Câmara dos deputados, 52º Legislatura – 1º Sessão Legislativa. Série **SEPARATAS DE LEIS, DECRETOS ETC. Nº 6/2003**

MACEDO, Lino. Para uma Psicopedagogia Construtivista. In.: **Novas Contribuições da Psicologia aos Processos de Ensino e Aprendizagem**. ALENCAR, Eunice S. de. (Org.). São Paulo: Cortez, 1995.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 142p.

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Médio; 1999. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. – Brasília: Ministério da Educação, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos** Rio Grande do Sul: CPDOC/FGV, V. II, nº III, 1989. 1-15.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O vestibular e as desigualdades raciais. In: **Identidade Negra: Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**, ANPED. Rio de Janeiro: Ação Educativa, 2002.7-15p.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 95 p.

RODRIGUES, Jaime. **O tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Negras Imagens**. São Paulo: USP: USP, Estação Ciência, 1996, 236p.

----- **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para ensino médio: História geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001. 688 p.

Fonte Oral

Entrevista concedida ao autor pela Professora Eliane Natividade Ferreira de Souza na Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa, Uberlândia, 19 agosto de 2003.

ANEXOS

ANEXO I

BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA GUIOMAR DE FREITAS COSTA

Este estabelecimento é denominado Escola Estadual “Guimaraes de Freitas Costa”, situada à Avenida Morum Bernardino, 560 no Bairro Roosevelt, Cep: 38401-098, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais e é escola que atende às duas etapas da educação básica: Ensino Fundamental e Médio.

A escola foi criada pela lei 5.760 de 14/09/1971, implantada pelo PREMEM, como polivalente, síntese da melhor experiência brasileira na formação geral e na formação vocacional, inaugurada oficialmente no dia 31 de maio de 1972. Em março de 1985, pelo decreto 24.390, cuja portaria 333/85, foi criado o Ensino Médio sem habilitação e Ensino Médio com habilitação em Contabilidade.

Através da resolução 661/90 foi autorizado o funcionamento da 1^a a 4^a série do Ensino Fundamental. Frente à portaria 415/94, foi autorizado o funcionamento da Habilitação Profissional de Magistério de 1^a (professor de 1^a à 4^a série) a partir de 16 de março de 1994.

É mantida pelo governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Educação.

A escola iniciou seu trabalho sob a direção da professora Vilma Silveira Mariano, com a equipe de professores treinados pela faculdade de Educação da UFMG, em Belo Horizonte.

A inauguração oficial da Escola se deu no dia 31 de maio 1972, com a presença do Senhor Governador do Estado, autoridades federais e presença de todos os professores e alunos.

A área total da escola é de 26500 m², sendo considerada a maior área física de escolas estaduais de Uberlândia. Possui duas quadras de esporte, um campo de futebol de grama, um laboratório, uma biblioteca com capacidade para 120 pessoas sentadas, uma sala de vídeo com capacidade para 80 pessoas sentadas, cantina, barzinho, xerox, amplo estacionamento, sala da equipe pedagógica, sala da vice-direção, sala dos professores, departamento pessoal e tesouraria, secretaria, banheiros e sala da direção.

A escola caracteriza sua atuação pedagógica pela Pedagogia de Projetos e

Programa dos PAIES (Ensino Fundamental e Médio). O principal objetivo dos educadores, equipe pedagógica e direção é desenvolver um trabalho sério, integrado e interdisciplinar, buscando proporcionar um ensino de qualidade preparando o aluno para o trabalho e para ingressar no ensino Superior.

Temos convênio com a CEMIG e CALL CENTER, sendo feito encaminhamento em média de 150 alunos por ano para o trabalho.

Proposta Político Pedagógica da Escola:

A presente Proposta Político Pedagógica se constitui num referencial para professores, especialistas e direção. Ela pretende ser, na verdade, um convite à reflexão em torno de aspectos relacionados ao processo ensino aprendizagem, que vêm constituindo objeto de estudos e pesquisas nos meios educacionais e cuja preocupação é a quantidade do ensino ministrado na escola.

Historicamente, as escolas, em geral, têm se isolado do contexto social concreto, do qual somos, produtos e produtores da sociedade em que estamos inseridos. Ao nos colocarmos como espaço de cultura e conhecimento, como fins em si mesmos, preocupados em contribuir com a formação de uma cidadania efetiva, adequada às atuais transformações sociais, históricas, tecnológicas e morais, estamos assumindo um compromisso diante de uma sociedade em constante mutação.

A dicotomia existente entre espaço escolar e espaços sociais, acompanhados de outros fatores de ordem cultural, entravam a concepção idealizada de uma escola crítica, criativa e integrada a qual nos propomos, através de nossas práticas educativas, buscando a vivência da cidadania dos atores envolvidos na construção da história de nossa educação.

Nesse momento a renovação pedagógica, valores e princípios de ação educativa devem ser repensados e questionados. Ao lado disso, novas proposições surgem e é preciso penetrar em seu sentido e significado, para uma ação pedagógica comprometida, direcionada a uma sociedade mais justa e de melhor qualidade de vida para todos.

Refletindo o perfil da Proposta Político Pedagógica que almejamos, crítica, criativa, competente e de qualidade. Vale a pena primeiramente questionarmos que cidadão queremos formar e de que cidadania estamos falando, partindo do princípio de que a cidadania e as práticas sociais referem-se a um processo contínuo e inacabado de qualificação da vida, da existência dos homens, sendo, portanto, um processo de

humanização. Segundo Severino, 1992, ps. 9 -14 (...) “a cidadania é uma qualificação do exercício da própria condição humana. O gozo dos direitos civis, políticos e sociais é a expressão concreta desse exercício. Não é um dado pronto e acabado, mas uma condição a ser construída e instaurada”.

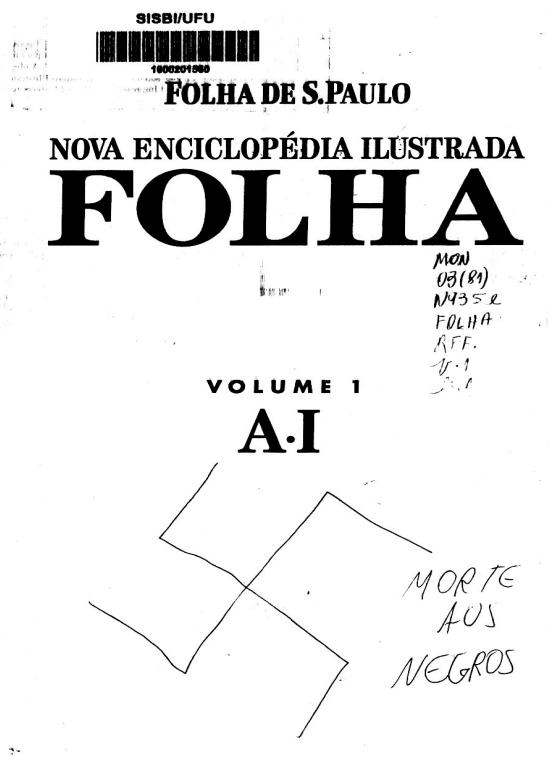
A qualidade do ensino e a cidadania são constituídas verdadeiramente na sala de aula, na relação professor/aluno: aluno/conteúdo: aluno/aluno, sob a mediação do professor. Assim sendo, nenhuma escola conseguirá ser competente, se a prática docente na sala de aula não estiver ancorada numa base consistente de conhecimentos científicos, na escolha e no manejo de métodos e processos da aprendizagem, de troca de experiências, de ajuda mútua e de auto-realização para alunos e professores.

Temos consciência de que não se alcança de imediato uma mudança coletiva na forma de trabalhar, onde todos são chamados a pensar, a agir e a avaliar sua ação, fazendo transformações individuais e coletivas, nas posturas, até então, arraigados na nossa cultura de trabalho, conservadora e individualizada, se não houver um trabalho; democrático, consciente, crítico e colegiado.⁶⁰

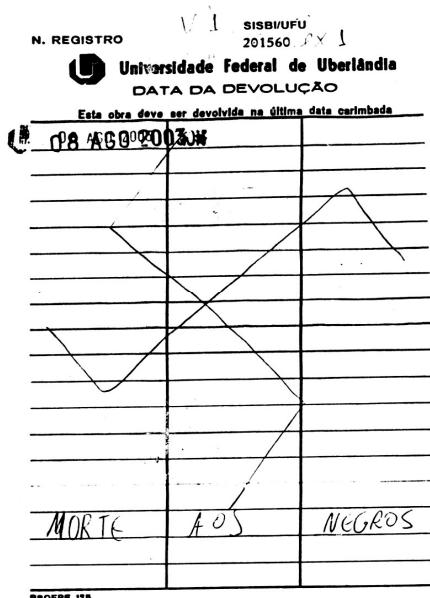
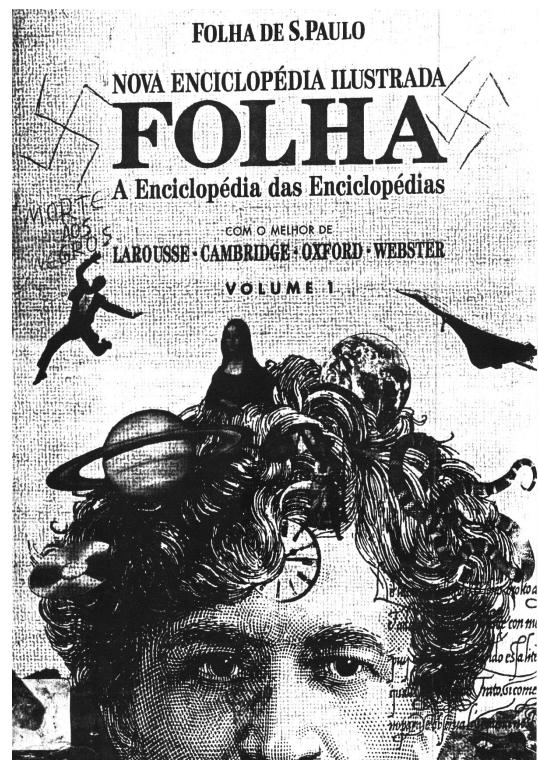
⁶⁰ Dados coletados na Escola Guiomar de Freitas através da Secretaria da escola, no dia 23 de agosto de 2003.

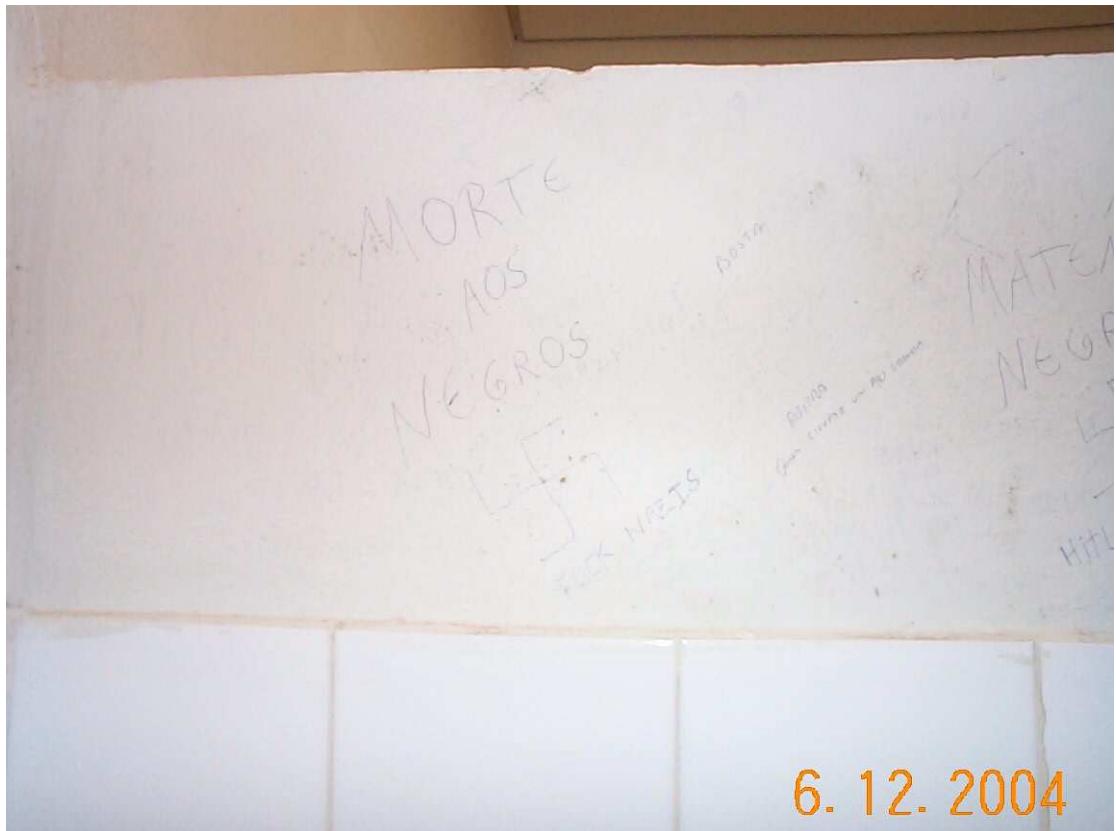
ANEXO II

Informações tiradas de um Encarte das edições de domingo da Folha de São Paulo de março de dezembro de 1996. Podemos imaginar a atualidade que é a expressão eugênica, baseada numa atitude contrária aos Direito do cidadão. Sabemos que esses direitos são resultados das lutas sociais, inclusive à classe negra no reconhecimento de suas conquistas e, principalmente, o respeito à igualdade.



Encarte das edições de domingo da **Folha de S.Paulo** de março a dezembro de 1996





6. 12. 2004



6. 12. 2004

ANEXO III

Alguns informes sobre o **Projeto de Lei**, lembrando que é apenas um Projeto, portanto, não é uma **Lei** a nível federal por respeito às autonomias das Universidades Federais. Cabe a cada uma delas promover debates tendo como respaldo a possibilidade de implantá-la, assim como aconteceu na UERJ. Veja:

Na esteira da nova onda, e inspirados na *affirmative action* (Ação Afirmativa) da sociedade norte-americana, os políticos fluminenses resolveram fazer sua parte para dar um basta na discriminação racial. Para tal, aprovaram a Lei Estadual Ordinária nº 3.708 de 09 de novembro de 2001, que, num texto por deveras lacônico, destina quarenta por cento das vagas nos cursos do ensino superior estadual aos negros e pardos, *in verbis*:

"Art. 1º – Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF.

Parágrafo único – Nesta cota mínima incluídos também os negros e pardos beneficiados pela Lei nº 3524/2000.

Art. 2º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2001.

<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=51949>

Três comissões debatem cotas para negros nesta semana

Três comissões da Câmara promovem debates nesta semana a respeito das cotas para negros em universidades.

Nesta terça-feira, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania promove seminário para debater a constitucionalidade das cotas para negros e o desafio da inclusão racial nas universidades. O seminário conta com o apoio da Comissão Anti-Racismo da CUT, da Unegro, da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) e da Executiva dos Solidários.

Participam do encontro a secretária especial de Promoção da Igualdade Racial, ministra Matilde Ribeiro; o representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Guilherme Henrique Magaldi Neto; o presidente da Associação das Universidades Particulares, José Walter Pereira dos Santos; e a procuradora-geral da Universidade Federal do Paraná, Dora Lúcia Bertúlio. O seminário começa às 9h30, no auditório Nereu Ramos.

Comissão de Educação

A Comissão de Educação e Cultura também realiza nesta terça audiência pública sobre cotas raciais e étnicas. São convidados o diretor-executivo da (Educafro), Frei David Raimundo Santos; a pró-reitora de ensino da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Maria José de Jesus Alves Cordeiro; o presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), Marcelo Brito da Silva; e o professor Hédio Silva Jr., da Universidade de São Paulo (USP).

O projeto Educafro, pré-vestibular para negros e pessoas de baixa renda, nasceu no Rio de Janeiro, em 1989. Hoje, conta com 2.640 professores e já atendeu a cerca de 14,2 mil alunos. O modelo vem servindo para a implantação de cursos pré-vestibulares em outros estados. Até agora, 2.200 pré-vestibulares já copiaram a idéia.

A reunião será às 14h30, no plenário 10.

Universidade para Todos

A comissão especial encarregada de analisar o Projeto de Lei 3582/04, que institui o Programa Universidade para Todos (Prouni), realiza audiência pública nesta quarta-feira (16). É convidado o jurista Ives Gandra Martins, que deve se pronunciar a respeito da constitucionalidade da proposta.

O Governo deverá enviar um representante, cujo nome ainda não está confirmado.

O pedido para a realização da audiência foi dos deputados Milton Monti (PL-SP) e Marcus Vicente (PTB-ES).

A reunião será a partir das 14 horas, no plenário 8.

ANEXO IV

Lei N° 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Documento tirado do Site do Senado Federal.



Data Link
09/01/2003 [Referência](#)

LEI N° 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE GENRE DE DOMINGOS JOSÉ COELHO. Arquivo
da Cúria Metropolitana de São Paulo.

CARNEIRO, Maria L.T. O Racismo.....p. 12.